

ESPALHA EDH

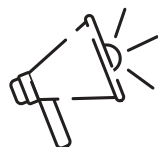


Informativo mensal sobre Educação em
Direitos Humanos

TEMA DO MÊS: VISIBILIDADE TRANS

Cláudia Wonder.
Foto: Acervo Diversa/MDS

ESPALHA EDH



Informativo mensal sobre Educação em Direitos Humanos

11ª Edição
Janeiro, 2021

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Bruno Covas
Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

Secretária Municipal
Claudia Carletto

Secretária Adjunta
Juliana Felicidade Armede

Chefe de Gabinete
Luiz Orsatti Filho

Comunicação e Assessoria de Imprensa - SMDHC

Cesar Guerrero
Coordenador de Comunicação

Priscila Rosa de Oliveira
Coordenadora de Assessoria de Imprensa

Everton Clarindo
Assessor de Imprensa

Fábio Madeira
Assessor de Imprensa

Silvano Tarantelli
Assessor de Imprensa

Departamento de Educação em Direitos Humanos

Realização

Departamento de Educação em Direitos Humanos - SMDHC

Cassio Rodrigo - Diretor
Renata Mie Garabedian - Assessora
Tayná Rodrigues Salviano - Assessora
Vera Velozo - Assessora

Parceiros

Coordenação de Políticas para LGBTI
Museu da Diversidade Sexual

Editorial

Cássio Rodrigo e Mansur Bassit

EDH na Rede

Paula Beatriz de Souza Cruz

Cultura DH

Cássio Rodrigo

Territórios

Cássio Rodrigo e Franco Reinaudo

Perfil EDH

Cássio Rodrigo e Mansur Bassit

Revisão

Fábio Madeira e Silvano Tarantelli

Concepção gráfica e diagramação

Renata Mie Garabedian

CARA LEITORA E CARO LEITOR

Respeito, Cidadania e Dignidade não possuem identidade de gênero!

“Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos em casa, na escola, na boate, na vida!” - Esse era o slogan da primeira campanha voltada para o segmento de travestis e mulheres transexuais no Brasil.

Era 29 de janeiro de 2004, quando o Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de DST/HIV/Aids lançou, em audiência pública, no auditório do Congresso Nacional, a campanha que conclamava os demais estados e municípios a realizarem seus respectivos lançamentos.

Dezessete anos se passaram. Muito se avançou em termos de políticas públicas para esse segmento.

Hoje o nome social não é mais um mero “apelido”, mas sim motivo de cidadania plena para travestis, mulheres transexuais e homens trans.

Possuímos o Decreto Federal nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018, que regulamentou a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, assegurando validade nacional às Carteiras de Identidade e regulando sua expedição. Em seu artigo 8º, parágrafos 4º e 5º, está prevista a inclusão, na Carteira de Identidade, mediante requerimento:

“XI - o nome social.

§ 4º O nome social de que trata o inciso XI do caput :

I - será incluído:

- a) mediante requerimento escrito do interessado;
- b) com a expressão “nome social”;
- c) sem prejuízo da menção ao nome do registro civil no verso da Carteira de Identidade;
- d) sem a exigência de documentação comprobatória; e

II - poderá ser excluído por meio de requerimento escrito do interessado.

§ 5º O requerimento de que trata a alínea “a” do inciso I do § 4º será arquivado no órgão de identificação, juntamente com o histórico de alterações do nome social”.

Outro ganho foi a decisão, por unanimidade, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, de que “Todo cidadão tem direito de escolher a forma como deseja ser chamado”, reconhecendo, em 01 de março de 2018, o direito de travestis, mulheres transexuais e homens trans de alterar o nome e o sexo no registro civil sem que se submetam a cirurgia. O princípio do respeito à dignidade humana foi o mais invocado pelos ministros para decidir pela autorização. Com o resultado, o interessado na troca poderá se dirigir diretamente a um cartório para solicitar a mudança e não precisará comprovar sua identidade psicossocial, que deverá ser atestada por autodeclaração.

Para Fe Maidel, Conselheira Municipal de Políticas para Mulheres, primeira mulher transexual eleita, **“as pessoas trans trazem seus corpos, suas vivências, suas expressões, novas maneiras de lidar com a realidade, com as constantes e sucessivas mudanças que nosso tempo propõe, e principalmente, com a maneira pela qual lidamos com nossas relações afetos e crenças. A meu ver é fundamental dar voz as pessoas trans”**.

Por isso o Espalha EDH de Janeiro de 2021 vem dar voz e visibilidade para travestis, mulheres transexuais e homens trans! Aproveitem a leitura!

EQUIPE EDH

EDH NA REDE

Tra(vestis)ns na Educação

Paula Beatriz de Souza Cruz

"A escola convive com a multiplicidade de sujeitos com ideias, características e elementos entre si, a exemplo, classe, gênero, cor/raça, idades, sexualidades, etnias, nacionalidades, entre outras. Neste sentido, a prática educativa deve se pautar pelo enfrentamento a todas as formas de discriminação incluindo a homofobia, o machismo e o sexismo" (Documento Orientador CGEB nº 15, 2014, p. 5)."

E deve-se complementar a citação incluindo **transfobia** para pautar quanto ao enfrentamento a todas as formas de discriminação às pessoas travestis e transexuais.

É necessário abordar *"alguns conceitos e reflexões sobre a diversidade sexual e de gênero através de uma série de atividades práticas que poderão facilitar o entendimento sobre o tema a partir das vulnerabilidades na área dos direitos e da saúde"* (Documento Orientador CGEB nº 14, 2014, p. 7) e, principalmente, favorecer *"a reflexão e a desconstrução de preconceitos e discriminações no que diz respeito às pessoas que vivenciam gênero e sexualidade de modo diverso as perspectivas normativas"* (Documento Orientador CGEB nº 14, 2014, p. 7).

No ambiente escolar, a transfobia

"é um fenômeno cotidiano. Atitudes discriminatórias contra pessoas que vivenciam a sexualidade e a identidade de gênero diferente dos padrões valorizados são consideradas "desviantes" entre os próprios amigos e colegas da escola, e somadas à invisibilidade da temática, por parte de alguns educadores faz com que, muitas vezes, esse tipo de violência se perpetue" (Documento Orientador CGEB nº 14, 2014, p. 15).

E, com especial atenção, na vida de travestis e transexuais, pois "é perceptível por meio das seguintes situações: evasão escolar, depressão, afastamento do convívio social, vulnerabilidade às DST/AIDS e ao uso de álcool e outras drogas" (Documento Orientador CGEB nº 14, 2014, p. 15).

Ressalto

"que pesquisas acadêmicas evidenciam que as dificuldades enfrentadas em ambientes educacionais por discriminações às identidades de gênero e orientações sexuais podem redundar em graves quadros de desinteresse pelos processos de ensino aprendizagem, tão logo estes podem corroborar para o incremento dos índices de evasão escolar e mesmo de desinteresse pela carreira do magistério. Conseqüentemente incidem na queda de qualidade da Educação Básica, uma vez que a evasão escolar é um dos fatores preponderantes nesse processo e fator por meio do qual as avaliações externas dos sistemas educacionais mensuram a efetividade da política educacional. Nesse sentido, medidas que visem o enfrentamento" (Documento Orientador CGEB nº 14, 2014, p. 24) à transfobia "no contexto escolar estão diretamente ligadas a promoção de qualidade da educação, pois propiciam um permanência mais justa e possível de crianças, jovens e adultos e profissionais da Educação Básica". (Documento Orientador CGEB nº 14, 2014, p. 24).



Obra de Fê Maidel. Acervo Museu da Diversidade Sexual

E, portanto, os critérios para definir um quadro teórico sejam pensados como pilares indissociáveis para o alcance do objetivo principal levando-se em conta a formação dos servidores sobre diversidade sexual, atendimento pautado pelo reconhecimento dos direitos da população de Travestis e Transexuais, articulação com vistas à sensibilização da comunidade escolar, currículo, práticas e materiais pedagógicos com ampliação da temática e monitoramento das ações para implementação e execução visando atender, orientar e acompanhar pedagogicamente os educadores para promoção do respeito às diferenças, a fim de evitar que se constituam em fator de exclusão ou “expulsão compulsória” e de desigualdades ao direito à educação.

Enfim, são mais de trinta anos no magistério público marcados de momentos de alegria e de tristeza. Felizmente muito mais de alegrias do que de tristezas.

A tristeza que tenho é em saber que a violência ronda não só a escola como a sociedade, porém tenho a convicção de que muitos dos problemas existentes poderiam ser resolvidos através do ato de educar recheado de amor, resiliência, empatia e de autoconhecimento, como ressalta Carlos Rodrigues Brandão:

Fomos um dia o que alguma educação nos fez. E estaremos sendo, a cada momento de nossas vidas, o que fazemos com a educação que praticamos e o que os círculos de buscadores de saber com os quais nos envolvemos está continuamente criando em nós e fazendo conosco. (BRANDÃO, 2005 p. 211)

Foi-se a professora Sonho, mas a professora Esperança ficou e, nesta minha lembrança ou memória, a violência paira e permanece não só no cotidiano da/na escola, como no cotidiano pessoal e social.

Violências que geram mais violências e questionamos: E o futuro?

Futuro que está muito mais próximo do que da própria realidade na qual vivemos em um conflito que “ configura a interação entre jovens e instituições do mundo adulto” (Sposito: in Silva, 2005, p. 255) e “ coloca a própria escola no campo da investigação e da análise crítica, posto que ela é campo privilegiado” (Silva, 2005, p. 255) e por ser privilegiado e estarmos nele, precisamos ter olhares diferentes e serão estes olhares que promoverão as alegrias: ver as professoras, os alunos, os funcionários, os pais e a comunidade felizes e estar, também, feliz.

E o encanto das crianças que estão presentes no meu cotidiano escolar mostra que para o futuro é primordial que estejamos atentos a tudo e podemos não atingir a todos, mas um que seja

transformado fará grande diferença neste mundo, no qual as desigualdades sociais, políticas, educacionais, econômicas estão tão presentes. O ser diferente é muitas vezes fazer a diferença nesta sociedade tão complexa e rodeada de paradigmas.

Concluo que não devemos jamais permitir que a professora Esperança morra, se parta, pois, apesar de seu sofrimento e tristeza, é a que nos permite ter outros olhares e ver o diferente de outra forma e

apenas o saber da ex-per-iência, aquele que percorre uma ex-istência, é capaz de, na abertura, na disponibilidade, na incerteza, na paixão, no padecer, na paciência, na lentidão, ir produzindo sentidos ao que está por-uir interminavelmente em cada vida singular. (Andrade, 2005. p. 260).



Paula Beatriz de Souza Cruz, 49 anos, é mulher transexual, negra, pedagoga, pós-graduada em Gestão Educacional, pela UNICAMP/SP e pós-graduada em Docência no Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá. Diretora de Escola na EE Santa Rosa de Lima, Capão Redondo e Professora na EMEF Maurício Simão, Campo Limpo. É ativista e militante independente dos movimentos sociais, políticos, educacionais e culturais LGBT. Atua no magistério público há 31 anos. Foi a condutora da mobilização quanto à inclusão de nome social de alunos(as) transexuais e travestis em listas de chamada e diários de classe. Em 2014 recebeu o 1º Prêmio Telma Lipp – Educação no IX Encontro Sudeste de Travestis e Transexuais. Em 2015 recebeu homenagem no mês de comemoração do Dia da Mulher “Mulheres que lutam” da DRE Campo Limpo. Em 2016 recebeu o Prêmio Claudia Wonder na 4ª SPTransvisão – Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro) e o Prêmio PapoMix Diversidade – 5ª edição – Categoria: Personalidade Transexual. Em 2017 o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo reconheceu que Paula Beatriz é a primeira

Diretora de Escola Transexual da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo. Em 2018 participou do Ciclo Educar hoje “As diferentes infâncias no território” pelo SESC São Paulo e homenageada pela Secretaria de Estado da

Educação de São Paulo pela notável participação na categoria Diversidade Sexual e de Gênero. Em 2019 foi homenageada na Assembleia Legislativa de São Paulo pela luta dos direitos da população LGBTQIA+ no Ato Solene do Orgulho LGBTQIA+ e honrada com o Prêmio Ruth de Souza em homenagem à Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha pelo Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Maria Celeste de Moura. Experiência, saber, sentido e por-vir em Jorge Larrosa. Resenha. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete e OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de. Estudo, Pensamento e Criação. vol. I. Campinas: Graf.FE, 2005.pp. 257-260.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Citação. In: ANDRADE, Maria Celeste de Moura. Cidadania, Cultura e Diferença na Escola. Resenha. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete e OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de. Estudo, Pensamento e Criação. vol. I. Campinas: Graf.FE, 2005.pp. 211.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Documento Orientador CGEB nº 15. Tratamento Nominal de Discentes Travestis e Transexuais. Versão ampliada e atualizada. Sabatine, Thiago (Org.). São Paulo, Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, novembro de 2015.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Documento Orientador CGEB nº 14 de 2014. Diversidades sexuais e de gênero: guia de metodologias e atividades para o Programa Escola da Família. Sabatine, Thiago (Org.). São Paulo, Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, 2014.

SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. Diversidade sexual e cidadania LGBT. São Paulo: SJDC/SP, 2014. 44p. Disponível em: http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf. Acesso em 19 jan. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SPOSITO, Marília. Citação. In: SILVA, Vanda. "Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil". Resenha. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete e OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de. Estudo, Pensamento e Criação. vol. I. Campinas: Graf.FE, 2005.pp. 255.

CULTURA DH

HISTÓRIAS CONTADAS



No teatro, no cinema, na televisão, na música, na literatura, na fotografia, ou em qualquer outra área cultural é local de travestis, mulheres transexuais e homens trans.

Nessa seção pretendemos dar visibilidade a alguns expoentes em suas áreas, como Assucena Assucena e Raquel Virgínia, na música; Eloína, no teatro de revista e no carnaval; e Lilly Vargas na arte performática das casas noturnas.

Devemos lembrar que

A diversidade cultural é um fato em nossa realidade globalizada, onde o contato entre o que consideramos familiar e o que consideramos estranho é comum. Ideias diferentes, comportamento, contato com línguas estrangeiras ou com a culinária de outras culturas tornou-se tão corriqueiro em nosso dia a dia que mal paramos para pensar no impacto que sofremos diariamente, seja na adoção de expressões de línguas estrangeiras ou na incorporação de alimentos exóticos em nossa rotina alimentar ([MUNDO EDUCAÇÃO](#)).

Assim, não há o que se questionar quando nos deparamos com pessoas com outras identidades divergentes da cisgeneridade em espaços culturais. Mas, em pleno século XXI, ainda causa impacto essa presença.

Em 2019, o trio "As Baías", uma das atrações do Rock in Rio, foi indicado ao Grammy Latino, na categoria "Melhor Álbum de Pop Contemporâneo em Língua Portuguesa" com o disco Tarântula, lançado em maio daquele ano.

A indicação gerou comentários uma vez que foi a primeira vez que cantoras trans foram indicadas à premiação, levando a cantora Assucena Assucena a comentar à época: "[Essa indicação é uma vitória](#)

da história e da memória das mulheres trans que não tiveram suas histórias contadas.

O Espalha EDH entrou em contato com as cantoras e perguntou qual a importância da presença de travestis, mulheres transexuais e homens trans nas artes.

Raquel Virginia respondeu: "As Baías é um grupo que representa o Brasil ideal ao meu ver. Somos três pessoas muito diferentes, mas que se unem em torno da arte e da música. Uma é trans preta e cresceu na periferia, a outra trans judia do interior da Bahia e o terceiro um homem cis branco de Minas Gerais. Pessoas que poderiam nem se conhecer tamanhas as diferenças, ou poderiam até mesmo se odiar – ao contrário se uniram e promovem com esse encontro música e outras propostas de vida – um Brasil ideal."

E a cantora Assucena Assucena compreende que: "As Baías, se destaca, sobretudo por ser um grupo no qual a diversidade é a tônica. Desde nossas referências artísticas, as quais bebemos desde a música popular, Tropicália, Clube da Esquina até a experiência sócio cultural de cada integrante. Talvez possamos dizer que somos uma síntese possível e densa das brasilidades. Assucena é uma mulher-trans judia do sertão da Bahia; Raquel é uma mulher trans preta que vem da periferia de São Paulo; Rafael é um homem cisgênero, branco, que veio dos mares de morros do sul de Minas Gerais. Somos um projeto que floresceu na e da universidade pública, um encontro que brotou dos corredores da faculdade História da USP e que pôde ser possível pela relevância que cada integrante deu à escuta. Escutamos o Brasil e suas injustiças, desigualdades, mas também ouvimos suas belezas e cores. Sem escuta não há música. Por isso somos uma banda que nasceu da escuta da experiência do outro e do entendimento de nossas liberdades e do Brasil."





Além da música, pretendemos abordar aqui, a questão da memória, também. À primeira vista, a memória parece uma coisa inerte, presa ao passado — a lembrança de algo que aconteceu e ficou parado no tempo. Mas um olhar mais cuidadoso revela que a memória é dinâmica e conecta as três dimensões temporais: ao ser evocada no presente, remete ao passado, mas sempre tendo em vista o futuro

Assim, podemos entender que a memória é o fio condutor em que a cultura é transportada pelos tempos. É ela que nos permite a consciência de estarmos no presente e de já termos vivido um antes. Apresentamos, a seguir, o projeto Memórias da Diversidade Sexual, uma iniciativa do Museu da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo e da Amigxs da Arte, que busca fazer um registro inédito na trajetória da cultura LGBTI+ brasileira.

O projeto se propõe a registrar depoimentos pessoais de integrantes da comunidade LGBTI+ do país, que através de entrevistas simples e diretas trazem à tona suas lembranças, memórias, histórias, vivências e experiências.

Em tempos onde cada vez mais a memória brasileira (não apenas a LGBT+, mas principalmente ela) é invisibilizada, o projeto Memórias da Diversidade Sexual inverte o rumo dessa tradição de esquecimento do passado, colaborando para que essas memórias não se percam – e sim sejam preservadas para futuras gerações, mostrando a importância da comunidade LGBTI+ e sua cultura na construção da sociedade e da democracia brasileira.

Assistam, abaixo, os vídeos gravados com Lilly Vargas e Eloína, relatando um pouco da história trans ao longo da Ditadura Militar e em espaços culturais como a maior festa popular brasileira – o Carnaval!

Memórias da Diversidade Sexual - Lili Vargas

Memórias da Diversidade Sexual - Eloína dos Leopardos

museu da diversidade sexual

produção

parceria artística

realização




amigxs da arte





TERRITÓRIOS EDH

EM ALGUM LUGAR ALÉM DO ARCO-ÍRIS



Território é um dos conceitos mais importantes para a Geografia, pois ajuda na compreensão das diferentes formas de apropriação do espaço, seu uso e ocupação. Por ele se compreende as implicações da delimitação do espaço por e a partir das relações de poder em dada sociedade e certo momento histórico.

De acordo com sua definição, território abarca qualquer espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Através delas são criadas fronteiras entre países, regiões, estados, municípios, bairros e até mesmo áreas de influência de um determinado grupo.

Para Cristiano Bodart, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e docente do Centro de Educação da Ufal, “o território guarda o passado dos agir hegemônicos e dos conflitos sociais, das lutas de classe e do fazer cotidiano. As lutas sociais que se desenvolvem nesse espaço possibilitam o fechamento de uma região a qual será delimitada fisicamente”.

Assim, o Programa +Orgulho buscou levar a diferentes territórios o poder, o orgulho e as cores do Arco Íris.

O Programa +Orgulho tem como objetivo

selecionar e apoiar projetos de atividades culturais e ações de visibilidade para população LGBTI+, pelo interior e litoral do Estado de São Paulo, conhecidas como “Paradas do Orgulho”, atividades que tem como base a promoção dos direitos humanos, o combate à discriminação e a visibilidade dessa parcela populacional.

Em sua primeira edição (2017), o programa apoiou 10 Paradas do Orgulho LGBT, atingindo 42 mil pessoas. O processo de seleção foi feito por uma comissão composta por representantes de diversas secretarias do Governo do Estado e representantes da sociedade civil dando transparência e credibilidade ao resultado.

Número de municípios: 10
Número de regiões administrativas: 5
Participantes: 42.100

Em razão do sucesso do programa, o Estado de São Paulo resolveu aumentar o número de projetos apoiados que passam de 10 para 12, na segunda edição (2018). Houve um aumento do número de inscritos no programa e o desenvolvimento de novos projetos de Paradas em diversos municípios.

Número de municípios: 12
Número de regiões administrativas: 9
Participantes: 111.000



Em 2019, o Programa resolveu valorizar os artistas LGBTI+ e aumentou o valor destinado as apresentações artísticas, principalmente locais. O número de projetos apoiados se manteve o mesmo, o programa atendeu 12 Paradas.

Número de municípios: 12

Número de regiões administrativas: 9

Participantes: 210.000

Em 2020, devido à pandemia causada pelo COVID-19, o programa, a exemplo da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, migrou do presencial para o virtual, oferecendo a possibilidade aos vencedores de realizarem o registro da memória da população LGBTI+ de suas localidades, o resultado pode ser visto nos links a seguir.

O Museu da Diversidade Sexual recebeu um material rico em depoimentos e em registro histórico da presença, ocupação e resistência da população LGBTI+ pelo litoral e interior paulista, um território que por séculos foi ocupado por uma parte hegemônica da sociedade, passa a ser compartilhado com a diversidade, criando espaços mais plurais e inclusivos nessas cidades. Assista clicando no ícone abaixo!



PARA SABER MAIS:

+ORGULHO 2020 | Museu da Diversidade Sexual

Para comemorar os 72 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Museu da Diversidade Sexual (MDS), junto ao Programa +Orgulho, promove, no dia 10 de dezembro, conversas com os organizadores de associações militantes da causa LGBTQIA+, ação que também faz parte da campanha "Sonhar o Mundo", da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo..

<https://culturaemcasa.com.br/video/orgulho-2020-museu-da-diversidade-sexual/>

museu da diversidade sexual

produção

gestão e produção

realização



amigxs da arte



PERFIL EDH

PROGRAMA OPERAÇÃO
TRABALHO LGBT E
TRANSCIDADANIA: EDUCAÇÃO
E EMPREGO PARA A EFETIVA
CIDADANIA



Histórico

29 de janeiro de 2021 marca mais uma celebração do Dia da Visibilidade Trans e, para reforçar essa data, iremos discorrer, aqui na seção Perfil EDH, sobre dois importantes programas de reinserção social para Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans: o Programa Operação Trabalho LGBT e o Transcidadania.

Era junho de 2008 quando foi lançado o “Projeto Piloto de Geração de Renda e Inclusão Social”, numa parceria entre a Secretaria Municipal do Trabalho, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal de Participação e Parceria. com o nome “Programa Operação Trabalho LGBT”, foram ofertadas seis (06) bolsas inicialmente.

O programa tinha por objetivos:

- 1) Elevação de escolaridade;
- 2) Profissionalização;
- 3) Capacitação para o Mercado de Trabalho;
- 4) Geração de Renda;
- 5) Inclusão Social e Cidadania.

Os critérios para a recepção das bolsas eram:

- 1) Falta de emprego ou qualquer outra forma de renda;
- 2) Idade – privilegiando pessoas com mais idade;
- 3) Escolaridade/profissionalização – pessoas com interesse em finalizar o processo educacional;
- 4) Outros indicadores de vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua, por exemplo;
- 5) Ordem de inscrição.

Logo de início, o que se apresentou foi que seis vagas eram um número extremamente insuficiente, pois a demanda de inscritos era muito grande, ocasionando a necessidade de ampliar o número de vagas para dezesseis (16) bolsas. Ao longo desse segundo semestre de 2008, das 16 bolsistas:

- 07 se inscreveram no CIEJA para finalizar os estudos;
- 08 realizaram cursos profissionalizantes junto ao Sistema S com 120h obrigatórias de português, matemática e Direitos Humanos/Cidadania;
- 01 passou no vestibular e começou a cursar a faculdade, com perspectivas de estágio na própria Coordenação de Diversidade Sexual após 06 primeiros meses de aula;
- 02 conseguiram emprego junto ao terceiro setor, atuando em projetos de organizações sociais voltados ao segmento LGBT.

Evolução

Para Flávia Araújo, uma das primeiras bolsistas do POT/LGBT: “o Programa foi um dos projetos mais importantes em minha vida, pois com ele, pude dar continuidade a meus sonhos e mudar de vida, pois, antes de todos esses acontecimentos eu trabalhava e me mantinha como profissional do sexo”.

Visando a elevação de escolaridade e profissionalização, a coordenação do POT/LGBT estabeleceu algumas parcerias, como:

- 1) Centro de Referência da Diversidade, que oferecia oficinas de arte e artesanato;
- 2) Secretaria de Relações do Trabalho e Emprego do Estado de São Paulo, oferecendo 30 vagas para acolher ao público LGBT nos cursos de profissionalização do Sistema S (SENAI/SENAC), garantindo uma bolsa para o curso (material didático, transporte e alimentação);
- 3) Secretaria da Educação – CIEJA, MOVA, PROJÓVEM – elevação de escolaridade.

As bolsas aumentaram, nos anos seguintes, para 32 vagas, e a parceria com a iniciativa privada deu frutos:

Duas (02) bolsistas foram contratadas para trabalhar em uma área de alimentação em um multishopping; Um grupo de bolsistas formou uma pequena cooperativa para vender os objetos artesanais produzidos (colchas, almofadas, camisetas silkadas, sabonetes, velas etc.) na feira da Praça Benedito Calixto; Duas (02) passaram por processo de seleção e foram contratadas para trabalhar nos Telecentros – equipamentos terceirizados da Secretaria Municipal de Participação e Parceria.

Renata Peron, outra bolsista do POT/LGBT, afirma que “num momento muito difícil da minha estadia em São Paulo, foi o programa POT/LGBT – “OPERAÇÃO TRABALHO” que me salvou das ruas e da prostituição, pois nessa época nós não tínhamos espaços para trabalhar no mercado formal de trabalho como temos hoje, ainda que poucos. Portanto, o programa chamado hoje de Transcidadania tem importância ímpar para nós do movimento de travestis e transexuais”.

“Sem o programa certamente a vida em São Paulo seria muito mais difícil pois você não ter grana pra pagar seu aluguel e comer é difícil sobreviver, então a contribuição do programa POT foi essencial para salvar minha vida das ruas”.

O Programa Transcidadania, criado em 2015, seguiu os passos dados pelo POT – Programa Operação Trabalho LGBT, acumulando o conhecimento desde 2008.

Em janeiro de 2015 o programa contava com 100 vagas. No ano seguinte houve um aumento do valor do auxílio mensal de R\$ 827,40 para R\$ 983,34. Em 2017 houve novo reajuste da bolsa para R\$ 1001,70 e o Transcidadania foi descentralizado passando a ser realizado junto aos quatro Centros de Cidadania LGBTI. No ano de 2019, já com o valor da bolsa em R\$ 1047,90, o programa contava com 240 vagas. No final de 2020 o programa foi ampliado para 510 bolsas, no valor de R\$ 1.097,25, cada.

O Transcidadania foi criado com o objetivo de promover a reintegração social e o resgate da cidadania para travestis, mulheres transexuais e homens trans em situação de vulnerabilidade. Utilizando o desenvolvimento da educação como principal ferramenta, as beneficiárias e os beneficiários recebem a oportunidade de concluir o ensino fundamental e médio, ganham qualificação profissional e desenvolvem a prática da cidadania.

Outro diferencial do programa, que já virou destaque mundial por ser inovador, é a transferência de renda, que possibilita a disponibilidade das beneficiárias de concluírem a carga obrigatória de atividades. Cada beneficiária (o) recebe acompanhamento psicológico, jurídico, social e pedagógico durante os dois anos de permanência no programa.

O Transcidadania é norteado por três principais eixos de atuação: autonomia, cidadania e oportunidades.

Maria Aline Emídio Alves, bolsista do Transcidadania relata que conheceu “o programa Transcidadania há uns 4 anos, eu acho, não sou boa em datas. No começo confesso que não sabia ao certo o real propósito do programa. Entrei pelo dinheiro, como muitas de minhas irmãs trans e travestis o fazem. Porém, com o tempo, e o apoio de diversos técnicos – alguns guardo com carinho, como o William, a Maude, a Fernanda, que eu amo até hoje, também recebi muito apoio do Hanilton, e na verdade tenho contato com a maioria ainda – quando o Transcidadania entra em minha vida, ele a direciona para o caminho que sempre sonhei. Primeiro, a conclusão do meu ensino médio, seguido pela vitória do meu primeiro emprego na área que estudo, enfermagem”.

Oportunidades

Diversas ações de reintegração social e resgate da cidadania para travestis, mulheres e homens trans em situação de vulnerabilidade foram feitas ao longo dos últimos anos. Em 2019, o programa obteve recorde em encaminhamentos, com 40 pessoas em ações de empregabilidade em empresas. Já em 2020, junto com o CAT encaminhamos 60 pessoas para vagas no Supermercados Carrefour e Extra. Ainda no mesmo ano, em parceria com a SMDET, foi realizado o mutirão Contrata Trans com mais de 400 vagas disponíveis. Nessa ação, mais de 200 pessoas foram encaminhadas para vagas de emprego.

Celebrando o Dia da Visibilidade Trans, em 29 de janeiro deste ano, um novo mutirão de empregabilidade, em parceria com o CAT foi realizado e, para que o Programa Transcidadania ganhe mais força, a SMDHC receberá em breve indicadores do Mapeamento Trans que subsidiarão novas políticas públicas para a população de travestis, mulheres transexuais e homens trans.

A avaliação da política por quem viveu a política pública:

Flávia Araújo: Esse programa é a porta aberta para um futuro melhor e promissor para muitas Trans, uma grande oportunidade, para quem quer vencer na vida, com estudo, dedicação e trabalho.

Renata Peron: Com o passar dos anos vimos o quanto é essencial programas como o POT/LGBT, hoje Transcidadania. É importante e essencial para inclusão das pessoas travestis e transexuais, espero que agora com o senso possamos aumentar a quantidade de vagas para alcançarmos mais pessoas e darmos dignidade para elas.

Maria Aline Emídio Alves: Avaliar um projeto que te coloca a par do mundo social - que te foi negado, político - que te exclui - educacional - que te enoja, familiar - que te expulsa, é querer dizer pra um cristão avaliar o seu deus. Esse projeto tem a capacidade de mudar vidas. Fico triste porque não consigo, ainda, mudar todas as vidas Ts que ali passam, mas o importante é o caminho diferente que o projeto nos mostra. Hoje em dia, após meses de conclusão do meu contrato - pois fiz parte do Transcidadania, e tenho a maior alegria do mundo em poder dizer isso -, trabalho atualmente como profissional em home care, em casa de família. Em fevereiro agora, inicio minha primeira graduação em enfermagem, com bolsa pela FMU/SP. Sabe, eu sou uma vitoriosa. Acho importante dizer que quem me colocou a par do Transcidadania foi Amanda Marfree, que foi de uma das primeiras turmas do programa. Amanda se tornaria mais tarde um dos rostos do programa.

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA**

cedh@prefeitura.sp.gov.br